

Juscelino Kubitschek e a operação pan-americana (1956-1961)*

Juscelino Kubitschek and the pan-american operation (1956-1961)

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o período Juscelino Kubitschek, cuja característica marcante foi o nacional-desenvolvimentismo, fundamentado na associação ao capital estrangeiro. Em termos de política externa, o período entre 1954 e 1958 se caracterizou por um retrocesso à autonomia ativa e barganha frente aos Estados Unidos. Esse quadro mudou ao final deste período, quando surgiram dificuldades de atração de investimentos externos e houve uma desaceleração do crescimento com o lançamento da Operação Pan-Americana. Foi uma iniciativa multilateral que demonstrava uma nova fase na diplomacia brasileira, a qual teria seu ápice com a Política Externa Independente.

Palavras-chave: Política externa brasileira. Juscelino Kubitschek. Nacional desenvolvimentismo. Operação Pan-Americana. Relações com os Estados Unidos.

Abstract

This article aims to analyze Juscelino Kubitschek's period, which had the national development as an important characteristic, based on the association with foreign capital. In terms of foreign policy, the period between 1954 and 1958 was characterized by the return to autonomy and active bargaining against the United States. This situation changed at the end of this period, when there were difficulties in attracting foreign investment and there was a slowdown in growth, with the launch of Pan-American Operation. It was a multilateral initiative and showed a new phase of the Brazilian diplomacy, which would culminate in the Independent Foreign Policy.

Keywords: Brazilian foreign policy. Juscelino Kubitschek. National development. Pan-American operation. Relationship with the United States.

Silvana Aline Soares Simon¹

* Recebido em 17/12/2011

Aprovado em 02/04/2012

¹ Mestranda em Relações Internacionais, pela UFRGS. E-mail: simonsilvana83@gmail.com

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar o período Juscelino Kubitschek e a Operação Pan-Americana. Durante esse governo, houve forte oposição política interna, por um lado, e grandes feitos nacionais, por outro, pautados, em grande medida, no capital estrangeiro. No cenário internacional, verificava-se a consolidação da rivalidade americano-soviética na Guerra Fria. Os Estados Unidos, exercendo papel proeminente nas relações internacionais, focavam seus esforços políticos, econômicos e militares com mais notoriedade na Europa Ocidental e no Japão. A América Latina, já sob a área de influência norte-americana, reclamava auxílio para seu desenvolvimento, tendo em vista as profundas desigualdades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Juscelino Kubitschek, desde sua campanha eleitoral, utilizara o *slogan* “Cinquenta Anos em Cinco”, que assinalava a busca pelo crescimento e desenvolvimento do Brasil. Desse modo, com o objetivo de industrializar o Brasil, desde o início do mandato, adotou uma postura visivelmente favorável à entrada de capitais estrangeiros e lançou o Plano de Metas, buscando um acelerado crescimento econômico, por meio da expansão da indústria.

Graças ao capital estrangeiro e a essas políticas adotadas, o PIB brasileiro foi três vezes maior que o resto da América Latina nesse período (FAUSTO, 2009). Em contrapartida, a dívida externa atingiu o montante de US\$ 3.907 milhões, em 1960. Por não aceitar as políticas austeras propostas pelo FMI, JK rompeu com o Fundo, em 1959, e exonerou o então Ministro da Fazenda, Lucas Lopes.

No âmbito político-diplomático, verificou-se um alinhamento com o bloco ocidental até 1958. Com a crise político-econômica interna e as mudanças no cenário internacional, instalou-se uma nova fase de relacionamento com os EUA, na qual, o argumento de que as mazelas causadas pelo subdesenvolvimento seriam fatores de instabilidade política para os governos democráticos passou a ser utilizado nos discursos de JK.

Diante desse cenário, Kubitschek lançou as bases da Operação Pan-Americana, cujo objetivo era o desenvolvimento econômico da região com o argumento de que isso evitaria a penetração de outras formas de governo, como o socialismo na região.

2 Contexto internacional

A segunda metade da década de 1950 se insere no quadro da Guerra Fria e, portanto, dos diversos acontecimentos que esta trazia em seu bojo. Trata-se de um período de rearticulação de forças no sistema internacional. Em primeiro lugar, os Estados Unidos emergiram da Segunda Guerra Mundial com uma posição extremamente favorável em relação aos demais países do sistema internacional. Isso importa, principalmente, porque suas relações com América Latina estiveram subordinadas à nova projeção internacional por eles assumida. As redefinições adotadas no imediato pós-guerra afetaram profundamente a política externa brasileira, sobretudo com a perda da chamada barganha nacionalista do Governo Getúlio Vargas.

No período em questão, o mundo estava dividido, tanto política como ideologicamente, em dois blocos rivais, comunistas e capitalistas, liderados pelos Estados Unidos e URSS, respectivamente. A América Latina era já considerada zona de influência norte-americana, restringindo, assim, a preocupação dos Estados Unidos com esta parte do continente, somente às questões de segurança contra a penetração da influência soviética.

Nesse sentido, dois mecanismos foram criados, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, com vistas a estabelecer cooperação regional política e de defesa. Esse sistema de poder tanto legitimava o domínio estadunidense na região como era eficaz para barrar a influência soviética.

Em que pese tais iniciativas dos Estados Unidos em relação à América Latina, havia uma expectativa de cooperação econômica por parte desta, pautada na esperança de receber ajuda semelhante à prestada à Europa Ocidental e ao Japão. O presidente brasileiro nutria a expectativa de que os Estados Unidos voltariam a sua atenção para a América Latina, lançando uma espécie de Plano Marshall ligado ao desenvolvimento econômico do continente.

No entanto, para os Estados Unidos, havia uma grande diferença estratégica entre os países da Europa e da Ásia e os países da América Latina. Os primeiros se situavam na zona de conflito da Guerra Fria, ao passo que os demais estavam em uma zona de baixa relevância em termos geopolíticos, pois além de não se localizarem em

zona de conflito, a supremacia norte-americana já estava consolidada. Assim, o tratamento que recebia a América Latina importava apenas no campo da segurança, ficando o âmbito econômico-financeiro negligenciado:

Os interesses hegemônicos do capitalismo imperialista e os interesses estratégicos da geopolítica mundial falaram mais alto do que a presumida solidariedade continental ou uma possível ajuda humanitária. Confronto mais direto entre capitalismo e socialismo dava-se na Europa e no Leste da Ásia. Transformar antigos inimigos militares (Alemanha e Japão) em aliados econômicos era uma questão imperiosa para o país líder do bloco capitalista, de frente à possibilidade real de expansão do socialismo naquelas partes do mundo. Daí um tratamento tão diferenciado a países tão díspares como os da Europa e o Japão, de um lado, e, de outro, o Brasil e as demais nações latino-americanas (BRUM, 1997, p. 246).

Além disso, a América Latina passara a reclamar a profunda desigualdade entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Grande parte da disparidade advinha da deterioração dos termos de trocas comerciais, configurando um quadro de diminuição de preços dos produtos primários, o que fomentava desequilíbrios nas balanças comerciais desses países. A América Latina passou, então, a reivindicar o controle sobre essa queda constante de seus produtos e uma ajuda mais efetiva dos países desenvolvidos, por meio de investimentos públicos que fomentassem o incremento da industrialização de suas economias.

Nas conferências interamericanas,² clara a preocupação dos países latino-americanos de acrescentar à solidariedade política, configurada, sobretudo no âmbito da segurança, um conteúdo econômico que levasse a cabo um programa de combate ao desenvolvimento.

Outro acontecimento importante foi a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, que consolidou a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE). O nascente bloco de integração regional europeu fomentava a ideia de que a disparidade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos poderia ganhar contornos ainda mais fortes. Nas reuniões interamericanas, desse modo, o debate sobre a necessidade de cooperação hemisférica ganhou espaço. Os desafios oriundos das mudanças no sistema internacional forçaram os países da América Latina a buscarem novas formas de sair do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), teve um papel importante com os seus estudos, posições e a tese da integração regional. Seus estudos apregoavam que a expansão do comércio em níveis regional e intrarregional e a integração das economias latino-americanas permitiriam o aumento de seus mercados e de sua capacidade de competição no comércio internacional.

Além da busca pela superação do subdesenvolvimento, a América Latina passava por um processo de democratização que se dava em concomitância ao crescente sentimento de animosidade em relação aos Estados Unidos, por conta do apoio que haviam oferecido a esses governos ditatoriais³ e falta de cooperação com os projetos de desenvolvimento econômico.

3 Dados político-econômicos internos

Como se elegeu com modesto desempenho⁴, JK dispunha de fraca legitimidade, sendo seu governo contestado pelos setores políticos e militares mais radicais (BRUM, 1997, p. 229). Sua campanha eleitoral se deu por meio da aliança entre dois partidos políticos, PSD e PTB, que representavam interesses diferentes. Enquanto o primeiro representava os interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe média, o segundo representava o eleitorado urbano. Dessa forma, JK conseguiu maioria parlamentar, mas enfrentou crises militares e acirrada oposição da UDN, partido integrado pelos setores mais conservadores. Sob essa composição política, conseguiu o apoio necessário ao seu projeto de desenvolvimento e crescimento econômico.

Desde sua campanha, JK popularizara o *slogan* “Cinquenta Anos em Cinco”, por meio do qual buscou propagar o propósito de acelerar o crescimento do Brasil, de modo a superar os entraves socioeconômicos e culturais que, em circunstâncias normais, levariam cinquenta anos, em cinco.

No período ora estudado, o termo “desenvolvimento” passou a figurar os discursos, substituindo palavra “progresso”. Esse termo assumiu uma maior abrangência, pois incluía não somente os aspectos quantita-

² Bogotá, 1948; Caracas, 1954; Panamá, 1956; e Buenos Aires, 1957.

³ Com exceção à Argentina.

⁴ 36% do total dos votos válidos.

tivos e econômicos, como também sociais, políticos e culturais. Segundo Campos, (1994 apud BRUM, 1997), o desenvolvimentismo⁵ implantado tinha como intuito o crescimento econômico acelerado e a diminuição das disparidades em relação aos países desenvolvidos. Cabia, para tanto, ao Estado, o papel de agente indutor do processo, tanto por meio da intervenção na economia como direcionando os investimentos.

No intento de tornar o Brasil um país industrializado, JK adotou uma postura sobremodo favorável à entrada de capitais estrangeiros, concedendo-lhes estímulos e facilidades. Brum (1997) observa que, enquanto o governo de Getúlio Vargas dava preferência ao capital estrangeiro sob a forma de empréstimos e financiamentos, Kubitschek favorecia a entrada de investimentos estrangeiros nos setores produtivos, atraindo empresas de caráter multinacional.

Para concretizar esses objetivos, JK lançou o Plano de Metas, cujo conteúdo versava sobre o planejamento de trinta metas prioritárias, divididas em cinco grandes grupos⁶, além da construção da nova capital federal. Buscou-se identificar os pontos de estrangulamento internos, quais eram: energia, transporte e alimentação, e externos, limitada capacidade de importação e obtenção de crédito, e os pontos de germinação, como a indústria automotiva.

Após a efetivação dos planejamentos, o desafio que se impunha era a sua consecução. Levando-se em conta as dificuldades internas, tanto financeiras como políticas, JK optou pelos recursos externos e emissões inflacionárias⁷, aliados à administração paralela, que compreendia

um conjunto de ferramentas composto por órgãos já existentes e novos criados com funções específicas, todos subordinados à Presidência⁸. Nesse sentido, é importante ressaltar que essa administração paralela exerceu importante papel não somente na consecução do Plano de Metas, como também no fortalecimento da tecnoburocracia na administração pública brasileira.

Os dados econômicos da época mostram que a inflação, durante seu governo, foi de 12,2%, em 1955, a 25,2%, atingindo o patamar de 30,46%, em 1960. O endividamento externo, em milhões, passou de US\$ 1.445, em 1955, para o montante de US\$ 3.907, em 1960. Nesse ínterim, o PIB brasileiro cresceu consideráveis 8,1% e a renda *per capita* era de 5,2% ao ano. A produção industrial, por sua vez, cresceu 80%⁹. Fausto (2009, p. 236) aponta que o crescimento do PIB brasileiro, na década de 1950, foi três vezes maior que do resto da América Latina. Dentre os recursos recebidos, 95% foram aplicados em áreas prioritárias para o governo, sendo que 80% do total entraram sob a forma de empréstimos e financiamentos. A entrada de capital estrangeiro destinado ao setor produtivo atingiu o patamar de US\$ 113 bilhões a.a. Outro fator que desperta a atenção é que do total de empréstimos concedidos pelo BNDE neste período, 14,4 bilhões de cruzeiros, 6,9 bilhões foram destinados a empréstimos às companhias estrangeiras que aqui se instalaram¹⁰ (BRUM, 1997, p. 240-245). Conforme previsto no planejamento do Plano de Metas, esses ramos germinaram, suscitando o surgimento de outros empreendimentos.

A política econômica de JK, destarte, buscava atingir o crescimento econômico via industrialização, mas, como se pode perceber, reservava à estabilidade um

⁵ JK transformou o desenvolvimentismo numa fonte de otimismo psicológico e legitimação política. Este, por sua vez, pode ser definido como uma política econômica que combinava três atores principais: o Estado, a empresa privada e o capital estrangeiro, na promoção do desenvolvimento voltado à industrialização.

⁶ Os cinco grandes grupos eram energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Além disso, cabe salientar que os primeiros passos dados nessa direção surgiram, em estado embrionário, com o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transportes e Educação), no Governo Dutra (1946-1951).

⁷ Nesse sentido, percebe-se que a gestão JK seguia a tendência estruturalista da CEPAL, que propunha ser a industrialização das economias subdesenvolvidas somente possível com certo nível de inflação administrada. JK, dessa forma, visava estabelecer uma inflação desenvolvimentista, trazendo em seus discursos que a impressão de papel-moeda teria caráter inflacionário quando a emissão se destinasse ao custeio do funcionalismo, mas não se a destinação fosse o pagamento de obras produtivas.

⁸ Dentre os órgãos da administração paralela, figuravam a Carteira de Comércio Exterior (CACEX), a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), os Grupos de Trabalhos (GTs), Grupos Executivos (GEs) e o Conselho de Política Aduaneira (CPA), este último com a finalidade de influenciar na compatibilização das tarifas alfandegárias com os interesses da política desenvolvimentista.

⁹ Com destaque às indústrias de aço, 100%, indústrias mecânicas, 125%, indústrias elétricas e de comunicações 380% e indústrias de equipamentos de transporte, 600%.

¹⁰ Estas empresas, além dos empréstimos concedidos pelo BNDE, recorriam ao mecanismo de obtenção de empréstimos no exterior, tanto de suas matrizes como do sistema financeiro internacional, e praticavam a importação de maquinaria obsoleta de seus países de origem, as quais eram sobrevalorizadas escrituralmente, como se novas fossem.

caráter coadjuvante. Em 1958, o ministro da Fazenda, Lucas Lopes, apresentou um Programa de Estabilização Monetária (PEM), que visava à redução do ritmo inflacionário, à eliminação de subsídios cambiais e ao controle orçamentário, por meio do rígido controle da expansão monetária, da contenção do crédito e dos gastos públicos, da política restrita no tocante aos salários, da correção dos desequilíbrios no balanço de pagamentos e, por fim, da desvalorização do cruzeiro e da busca de financiamentos externos.

O PEM contradizia os principais objetivos do projeto de desenvolvimento estabelecido no início de seu governo. Este cumpria as exigências que Fundo Monetário Internacional determinava para a permissão de empréstimos. Sendo, por outro lado, a execução de um programa nacional de desenvolvimento, por meio do Plano de Metas, o carro chefe do Governo JK, esse programa encontrou resistência, tanto da Presidência como dos outros setores do Governo. Isso tudo forçou JK a romper com o FMI no ano ulterior, 1959, e a exonerar o Ministro da Fazenda.

4 Governo Juscelino Kubitschek

Conforme já destacado anteriormente, o contexto interno em que JK iniciou seu governo não era nada favorável, em função da forte oposição interna, aliada aos percalços econômicos e aos conflitos de classe, que traziam em seu bojo forte mobilização política e articulação ideológica. Vizentini (2004, p. 93) destaca que a cisão entre nacionalistas e entreguistas suplantava o plano das relações externas, figurando na dimensão social interna, representada pela direita e esquerda. A retórica utilizada por JK frente a esse cenário foi o discurso nacional desenvolvimentista e modernizador dos “50 anos em 5”, tendo como norteador econômico o Plano de Metas.

Vizentini (2004) aponta que a facilidade de obtenção de capitais, tecnologias e instalação de empresas deveu-se não somente ao modelo desenvolvimentista adotado por esta gestão, mas também à nova concorrência entre Estados Unidos e países da Europa. Quanto a isso, Brum (1997) destaca que foi criada, em 1954, a Comissão ou Círculo de Bilderber, integrada por representantes dos grupos econômicos de maior poder dos dois centros, visando à harmonização dos interesses comuns. O capital excedente norte-americano, japonês e europeu ampliou

sua estratégia de penetração em outros continentes, passando a investir em países subdesenvolvidos que se revelassem promissores quanto à expansão de negócios e à sua lucratividade (BRUM, 1997, p. 243-244). O Brasil foi beneficiado com esse processo, pois o plano de desenvolvimento, como ressalta Silva (2005, p. 36), exigia investimentos estrangeiros diretos que poderiam ser originários de qualquer país do mundo, não sendo restrito àqueles oriundos dos EUA.

No âmbito político-diplomático, verificou-se um alinhamento ao bloco ocidental até 1958. A barganha de Getúlio Vargas fora deixada de lado, juntamente com a autonomia como instrumento de poder. O Brasil se afastou dos movimentos do Terceiro Mundo e do campo socialista. Por outro lado, foi estabelecida uma larga cooperação com Portugal. Em detrimento do apoio interno da comunidade lusa ao seu governo, Kubitschek defendia a posição colonialista junto à ONU e aos demais organismos internacionais.

As relações com os Estados Unidos, nos dois primeiros anos do Governo JK, foram mais estreitas. O alinhamento aos norte-americanos fomentou o projeto de desenvolvimento até 1958, quando a expansão do crescimento brasileiro começou a apontar seus resultados negativos. A queda do PNB e o elevado aumento da inflação¹¹ e do custo de vida propiciaram o aparecimento de fortes pressões contra o governo por parte dos setores nacionais prejudicados. Além disso, outros fatores externos estimulavam a recessão interna, como a recessão norte-americana, iniciada em 1957, a continuidade do descaso à América Latina sob o Governo Eisenhower, o crescimento da dívida externa por conta da diminuição das exportações e a pressão do FMI por políticas econômicas austeras.

Esses fatores levaram ao início de uma nova fase de relações com os EUA, na qual se buscou obter mais vantagens para o desenvolvimento nacional. Para alcançar esse objetivo, novos temas foram acrescentados, como a sustentação do argumento de que os problemas do subdesenvolvimento seriam fatores de instabilidade política para os regimes democráticos e a defesa de um projeto que contemplasse todos os países do continente. Silva (2005, p.

¹¹ A causa dessa inflação se remetia, sobretudo, ao Plano de Metas, que primava pelos gastos públicos, como a construção da nova capital do Brasil, empréstimos ao setor privado e ingentes aumentos salariais.

38) destaca que a relação segurança-desenvolvimento foi largamente empregada pela política externa de JK, a partir do lançamento da Operação Pan-Americana, em 1958, como será abordado no próximo item deste artigo.

Este período é caracterizado, outrossim, por um crescente afastamento da América Latina em concomitância ao estreitamento dos laços com os Estados Unidos. As diretrizes de política externa, em relação à América Latina, tomadas por Eisenhower (1962-1960), em continuidade às de Truman, podem ser divididas em duas vertentes principais: no plano estratégico, a região ocupava lugar secundário, uma vez que estavam mais preocupados com os interesses de segurança do contexto da Guerra Fria.

Tratava-se, portanto, de consolidar e aprofundar uma esfera de influência político-militar, visando não apenas à exclusão de potências e ideologias estranhas, mas, sobretudo, à manutenção e coesão do apoio político que o bloco latino-americano emprestava à política global dos EUA (SILVA, 1992, p. 212).

Os Estados Unidos atingiram seus objetivos em relação ao continente por meio da criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947, o qual foi consubstanciado na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), no ano seguinte.

No que se refere ao bloco socialista, ficou nítida a impossibilidade de aproximação diplomática. A política externa brasileira priorizava acordos bilaterais e multilaterais com países europeus e Israel, ao passo que denunciava pagamentos e comércio com países socialistas. Quando da intervenção soviética na Hungria, em 1956, como já mencionada anteriormente, o Brasil:

Adotou não apenas um tom antissoviético, como antissocialista, ao defender o 'levante anticomunista húngaro' e enviar recursos financeiros para a manutenção de refugiados e aceitando a imigração de três mil deles (Relatório MRE, 1956, p. 201-2, apud VIZENTINI, 2004, p. 96).

O período de 1954 a 1958, entre o suicídio de Getúlio Vargas e o lançamento da Operação Pan-Americana, foi marcado como um hiato na política externa brasileira da fase populista (VIZENTINI, 2004, p. 96). As diretrizes básicas, isto é, a busca de autonomia diplomática em relação aos Estados Unidos e a utilização da política externa como instrumento de desenvolvimento, foram deixadas de lado nesse ínterim.

É importante, além disso, abordar a construção de Brasília sob o Governo JK. Fausto (2009) descreve esse pe-

ríodo como sendo de otimismo associado a notáveis realizações, sendo a maior delas, a construção da capital federal, conforme previsto na antiga Constituição Republicana de 1891¹² e prometido pelo presidente em seus discursos eleitorais. Essa ação movimentou recursos e mão de obra formada principalmente por migrantes nordestinos, os chamados "candangos". O projeto de lei para a construção de Brasília foi aprovado no mês de setembro de 1956, a despeito da forte resistência da UDN. A construção de Brasília, como também os demais objetivos estipulados pelo Plano de Metas, exigia gastos públicos enormes.

A partir de 1958, como aponta Oliveira (2005), houve uma séria desaceleração com a queda da taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto e aparecimento de indicadores negativos na economia, como inflação muito alta, recessão, aumento do custo de vida e endividamento externo. Vizen-tini (2007, p. 99) observa que o endividamento externo se aprofundava em função da queda das receitas de exportações, sendo o café o caso mais grave. Com vistas a solucionar este problema, o governo convocou a Conferência Internacional do Café, em 1958, do qual se originou a Organização Internacional do Café. O objetivo principal era reduzir a oferta mundial de café e manter os preços. Essa tentativa, no entanto, fracassou, devido às controvérsias entre os produtores africanos e latino-americanos e à superprodução brasileira deste produto. Foi o fim do "milagre desenvolvimentista" de 1956-1957. Em função desse quadro, o Fundo Monetário Internacional recomendou que o Brasil contivesse os salários; desaquecesse a economia; cortasse os gastos públicos e reduzisse a inflação ao patamar de 6% a.a.¹³. Essas imposições, caso aceitas, fomentariam o fracasso político de JK, uma vez que condenariam seu projeto desenvolvimentista. Em função do exposto, JK rompeu com o FMI.

A crise econômica foi um reflexo da dinâmica da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek aliada às mudanças no sistema internacional. Salienta-se, aqui, a recessão estadunidense do biênio 1957-1958, que repercutiu na América Latina, sobretudo com a deterioração dos termos, trocas comerciais e a diminuição de investimentos. Além disso, em 1957, encaminhava-se a formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), com a assinatura do

¹² Constava nesta Constituição a atribuição ao Congresso de mudar a Capital da União.

¹³ No mês de março de 1959, uma missão deste organismo internacional veio ao Brasil imbuída dessas exigências.

Tratado de Roma. Esse processo de integração regional dificultaria, doravante, ainda mais o acesso de produtos brasileiros de exportação em função das preferências comerciais criadas intrabloco e aquelas concedidas às ainda colônias europeias, sobretudo as africanas.

No plano interno, os problemas maiores apareciam nos ramos ligados ao comércio exterior e às finanças governamentais. Os gastos públicos destinados à construção de Brasília e ao programa de industrialização e o declínio dos fluxos de comércio exterior desembocaram em déficits do orçamento federal¹⁴. Além disso, a inflação como já abordado anteriormente, subia em projeções exponenciais (FAUSTO, 2009, p. 239).

Nesse contexto, foi lançada a Operação Pan-Americana. Com a reforma ministerial de 1958, houve a substituição do chanceler Macedo Soares (PSD-SP) por Francisco Negrão Lima (PSD-MG). O novo chanceler recebera, então, a incumbência de impulsionar a OPA, retomar a política de barganha frente aos EUA e ampliar os horizontes diplomáticos do Brasil, voltando a atenção para o espaço latino-americano, como prioridade, e ao mundo afro-asiático, aos países socialistas e aos demais capitalistas. Quanto às nações afro-asiáticas, o Brasil, apesar de ter agido de forma negligente na ONU, sempre apoiando Portugal, reconheceu a importância que adquiriam no cenário internacional. Em 1960, restabeleceu relações diplomáticas com alguns países¹⁵, sob a justificativa de ampliação de contatos políticos e busca por estabelecer relações econômicas e comerciais.

5 A operação pan-americana

Juscelino Kubitschek teve perspicácia ao perceber a necessidade de pleitear ajuda junto aos EUA, utilizando-se da retórica de defesa de um novo pan-americanismo. O objetivo era apresentar um amplo projeto que abarcasse todo o continente na busca de superação do subdesenvolvimento. Com esse posicionamento, JK alimentava a esperança de conquistar o apoio norte-americano a esse projeto que propunha a revisão do pan-americanismo, ao qual seriam adicionados outros aspectos, como a injeção de recursos nessa região.

A Operação Pan-Americana iniciou com a troca de correspondências pessoais entre Juscelino Kubitschek e Eisenhower, então presidente dos EUA, em maio e junho de 1958. O presidente brasileiro enviou a proposta de “[...] restabelecimento e revisão do ideal pan-americanista e, assim, uma tradução econômica para a solidariedade política” (BUENO; CERVO, 2008, p. 290). A força motriz desse ensejo seria a cooperação econômica. Juscelino buscou ressaltar a necessidade de superação das condições precárias e de miséria em que viviam os povos da América Latina.

O primeiro momento da OPA se estendeu de 28 de maio, quando do envio da correspondência a Eisenhower, a 24 de setembro, momento da reunião de chanceleres em Washington. Seus fundamentos constam em três documentos principais: discurso presidencial no Rio de Janeiro, dirigido às missões diplomáticas, em 20 de junho de 1958; *aide-mémoire*, enviado aos governos americanos, no dia 09 de agosto do mesmo ano; e os Estudos Econômicos da Operação Pan-Americana, organizado pelo Grupo de Trabalho, sob a liderança de Sérgio Corrêa da Costa.

A OPA foi uma proposta de cooperação no âmbito hemisférico que trazia em seu seio a tese de que o desenvolvimento econômico e o consequente fim da miséria seriam as melhores formas de combater a penetração do socialismo. O Governo JK, no contexto interno, necessitava de respaldo político e de recursos econômicos para fazer frente à crise interna que ganhava contornos cada vez mais fortes, sendo o cenário internacional extremamente importante para esse intento. Segundo de Mello e Silva (1992), essa foi a principal iniciativa diplomática do Governo JK.

A OPA foi lançada em conjuntura propícia, após a viagem malsucedida do vice-presidente norte-americano, Nixon, à América Latina, quando o antiamericanismo se exacerbou no continente¹⁶ (BUENO; CERVO, 2008, p. 290). Sobre esse assunto, Vizentini (2004) ressalta que JK tirou proveito dessa situação e escreveu na primeira correspondência que as manifestações sofridas por Nixon, em Lima e Caracas, haviam demonstrado que a ideia da

¹⁴ O déficit passou de 1% do PIB, no início da gestão JK, para 4% em 1957.

¹⁵ República da Coreia, Seul, Ceilão, Colombo, Tóquio e Nova Déli.

¹⁶ As reclamações se davam em torno de a América Latina ter ficado à margem do Plano Marshall ou de quaisquer benefícios de cooperação no âmbito econômico. Na correspondência enviada ao presidente norte-americano, JK salientou que a América Latina, que também contribuíra para o sucesso da democracia, via-se em situação precária, ficando cada vez mais vulnerável à infiltração do socialismo, advindo daí a necessidade de combater o subdesenvolvimento.

unidade pan-americana sofrera indelével prejuízo e que urgia a recomposição da presença norte-americana na unidade continental.

Nessa mesma correspondência, JK lamentou o que ocorrera com o vice-presidente e afirmou que tais acontecimentos, além de prejudicarem a causa pan-americana, enfraqueciam a democracia. Ele propôs, então, que fosse corrigida a falsa impressão de que não estávamos vivendo fraternalmente nas Américas. Manifestou também que o Brasil já havia alcançado certo grau de desenvolvimento, no plano material e espiritual, e que, portanto, não poderia continuar aceitando de forma passiva as orientações de uma política com a qual não era conveniente que fosse solidário. Clamava pelo direito de opinar e colaborar de forma efetiva, por ser o Brasil uma nação adulta e com desejos de assumir suas responsabilidades sob uma política própria. Nesse sentido, Silva (1992, p. 210) ressalta que a OPA:

Foi revelando, sucessivamente, outras dimensões da atuação diplomática brasileira naquele período: a coexistência impossível entre autonomia e alinhamento; os conflitos e harmonias nas relações com os Estados Unidos; as tentativas de aproximação política com a América Latina; a emergência poderosa de uma diplomacia econômica e de uma diplomacia multilateral; e a relevância crescente da temática do desenvolvimento econômico.

Kubitschek defendia não somente o desenvolvimento do Brasil, mas da América Latina como um todo. Os países subdesenvolvidos precisavam sair dessa situação, com vistas a solidificar a democracia e, assim, afastar-se da “ameaça” antidemocrática do bloco soviético. A OPA tinha caráter político-econômico e visava:

À aplicação de capitais privados em áreas atrasadas do continente, ao aumento do volume de crédito das entidades internacionais, ao fortalecimento das economias internas, à disciplina do mercado de produtos de base, à formação de mercados regionais e à ampliação e diversificação dos programas de assistência técnica (BUENO; CERVO, 2008, p. 292).

Em discurso proferido aos embaixadores dos países americanos, no Palácio do Catete, em 20 de junho de 1958, JK foi enfático ao reivindicar para o Brasil e demais nações do continente uma participação dinâmica nos problemas mundiais, refutando, assim, uma postura de subserviência por parte da América Latina. Foi nesse discurso que o presidente brasileiro empregou pela primeira vez em público o termo “Operação Pan-Americana”, ao

destacar a colaboração do Brasil com os demais países do continente e negou que seu país nutrisse a pretensão de liderar a região, descartando a possibilidade de futuras conversas bilaterais dentro da proposta brasileira.

Nesse discurso, JK arguiu sobre o panorama internacional, comparando a ajuda recebida pelos países europeus, por meio do Plano Marshall, com negligência em relação aos problemas de desenvolvimento enfrentados pelos países latino-americanos. Ressaltou que o maior serviço que o Governo norte-americano poderia prestar em prol do pan-americanismo seria eliminar o subdesenvolvimento, sua maior chaga. Para ele, a intensificação do investimento em áreas economicamente atrasadas do continente deveria figurar como diretriz da OPA; a criação de programas de assistência técnica para a melhoria da produtividade; a proteção dos preços dos produtos de base contra as excessivas flutuações; e, por fim, a atualização necessária dos organismos financeiros internacionais para a ampliação de seus recursos.

JK propôs que esses assuntos fossem discutidos em uma reunião do mais alto nível do continente, na qual fossem propostas soluções práticas e eficazes. Essa reunião, posteriormente, viria a inspirar o Governo brasileiro a fazer a proposta de criação do Comitê dos 21, que seria aceito pelos EUA e demais países americanos. Esse Comitê foi criado no âmbito da OEA para dar encaminhamento às propostas da OPA. Foi formado por 21 países americanos e se reuniu em três ocasiões, quais foram Washington, em 1958; Buenos Aires, em 1959; e Bogotá, em 1960.

O lançamento da OPA ocorreu num momento favorável que possibilitou uma repercussão política positiva a essa iniciativa, pois trazia em seu bojo a exacerbação do nacionalismo e do antiamericanismo. Como resultado desse posicionamento, o Brasil passou a exercer o papel de protagonista da OPA, a qual teve o efeito de modificar, de certa forma, a política externa dos EUA para a região e, mais concretamente, a relação entre os países da América Latina.

A OPA pretendia criar mecanismos de cooperação hemisférica que possibilitassem o desenvolvimento econômico da América Latina. O desenvolvimento, segundo as premissas da iniciativa, levaria as populações da região a saírem da condição de miséria, afastando-se do perigo representado pela possível penetração da ideologia socia-

lista. Nesse sentido, a OPA tinha dois objetivos principais, desenvolvimento e segurança, cujas relevâncias, esperava-se, poderiam facilitar o apoio dos EUA. Nesse sentido, JK enfatizou que os riscos à segurança hemisférica estavam intrinsecamente ligados ao subdesenvolvimento, cujas consequências trariam instabilidade e ameaça aos regimes democráticos.

Contudo, os Estados Unidos consideravam que os problemas da América Latina estavam associados somente ao comunismo. Assim, não davam suficiente importância às questões de financiamento do desenvolvimento e promoção da industrialização. De acordo com Silva (2005, p. 47), não era do interesse norte-americano que a região alcançasse um grau de industrialização competitivo, com capacidade de alterar a configuração da divisão internacional do trabalho, na qual essa região trazia em seu seio o *status* de exportador de exportadores de matérias-primas aos países centrais. A política externa norte-americana para a América Latina, assim, não passava de uma simples relação bilateral, ficando o projeto de desenvolvimento da região como um todo negligenciado.

Quanto à repercussão da OPA nos Estados Unidos, Silva (2005) coloca que, inicialmente, os Estados Unidos não demonstraram muito comprometimento. O resultado da reunião com o secretário de Estados norte-americano, J. Foster Dulles, foi a Declaração de Brasília¹⁷, que trazia a necessidade de envidar esforços para vencer o subdesenvolvimento como condição indispensável para garantir a segurança do Hemisfério. Nesse ínterim, a segurança hemisférica e a ameaça do comunismo tinham peso maior na agenda norte-americana para as questões da América Latina.

Uma parte dos objetivos brasileiros foi atingida, apesar da fugacidade, pois os problemas dessa parte do continente passaram a figurar na agenda internacional, forçando os EUA a se manifestarem sobre as propostas brasileiras, como a criação de uma instituição financeira para a América Latina¹⁸.

Internamente, a OPA recebeu algumas restrições da diplomacia brasileira. Havia sérias divergências sobre o papel que caberia à Operação. Tais divergências se da-

vam entre importantes diplomatas do Itamaraty, como Vasco Leitão da Cunha, Ernani do Amaral Peixoto e Osvaldo Aranha, e os assessores ligados à presidência e aos assuntos econômicos. Para os diplomatas, o encaminhamento inicial da OPA trazia um caráter personalista e publicitário, o que sinalizava uma diplomacia paralela, liderada pelo presidente, sem se reportar ao Itamaraty. Alguns deles, como o chanceler Macedo Soares, consideraram a proposta da OPA uma ameaça às relações Brasil-EUA. Para eles, a proposta poderia gerar ambiguidades e dificultar o relacionamento não só com o Brasil, mas com todo o continente.

O conteúdo político da proposta encontrava oposições, sobretudo, pelo seu viés multilateral de cunho hemisférico, que preconizava o fortalecimento das relações entre os países da América Latina e uma atitude mais incisiva dos EUA. Isso diferia notavelmente da tradicional política externa brasileira, inclusive durante o governo de Getúlio Vargas, anterior a JK. Essa é apontada como uma das razões pelas quais o ministro das Relações Exteriores, Macedo Soares, pediu exoneração do cargo e foi substituído por Francisco Negrão de Lima, em julho de 1958. Este último, por sua vez, tomou frente na missão de levar a efeito a OPA.

Já o diplomata Osvaldo Aranha considerava que a industrialização e os empréstimos norte-americanos não seriam a solução para os problemas enfrentados pelo Brasil, pois questões cruciais, como a reforma agrária, estavam à margem das preocupações internas, o que era um erro. O programa de governo de JK não contemplava as reformas sociais. Segundo sua linha de atuação, o crescimento econômico solucionaria automaticamente os problemas dos setores agrícola e agrário.

No entanto, após as trocas de correspondências entre os presidentes brasileiro e norte-americano, que resultaram no lançamento da OPA, surgiu ampla mobilização dos países do continente em busca da solução dos problemas. Embora alguns países não tenham apoiado a OPA integralmente, a partir de seu lançamento foram realizadas inúmeras reuniões, conferências, assinaturas, declarações e troca de correspondências. Nesse sentido, a OPA serviu de meio para a consecução de futuros entendimentos entre os países da região. A partir de seu lançamento, consolidaram-se as condições para que América Latina buscasse soluções em conjunto para as suas mazelas (SILVA, 2005, p. 55).

¹⁷ Em 06 de novembro de 1958.

¹⁸ Que se configurou na criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

6 Resultados da OPA

Quanto aos resultados da OPA, Bueno e Cervo (2008) ressaltam que a OPA se configurou mais como uma intenção do que como projeto concreto, por carecer de meios para sua implementação, apesar dos progressos alcançados, como mencionado anteriormente. Werneck da Silva (apud VIZENTINI, 2004) ressalta que a OPA foi uma ilusão de JK. Os norte-americanos já haviam dado claros sinais de que não permitiriam a inserção brasileira, tanto no sistema interamericano como no sistema mundial, de outra forma que não a partir da dependência dos EUA, os quais apenas respaldariam a superação do subdesenvolvimento se fosse a eles associado. Cabe, aqui, salientar, como aponta Vizenti (2004, p. 103), que o início do segundo mandato de Eisenhower, do Partido Republicano, aprofundou o perfil latino-americano como subordinado aos EUA, sendo tratado com certo descaso.

Doravante, serão elencados os efeitos da OPA nos países da América Latina. Em primeiro lugar, após a visita de Dulles ao Brasil, em que foi assinada a Declaração de Brasília, o Brasil encaminhou um *aide mémoire*, em agosto de 1958, a todas as Embaixadas dos Estados Unidos, no qual constavam definições, objetivos e características da OPA. Esse documento, por sua importância, foi utilizado em todas as posteriores reuniões dos 21 países americanos.

O *aide mémoire* teve efeito imediato nos EUA, visto que foram enviados convites às 21 Repúblicas envolvidas para encontro informal em Washington¹⁹. O resultado desse encontro foi a proposta da criação de uma Comissão Especial do Conselho da OEA, a ser composta por representantes de cada um dos países, com vistas a dar encaminhamento às propostas da OPA. Foi, igualmente, aprovado um projeto de Resolução que apoiava o estabelecimento de uma instituição interamericana voltada ao fomento econômico. Para essa tarefa, foi instituído um Comitê Técnico, encarregado de tecer o estatuto dessa instituição.

O Comitê Técnico²⁰ realizou seu primeiro encontro no final de 1958, no qual aprovou a constituição do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o qual passou a existir em 30 de dezembro do ano seguinte, con-

tando com o montante inicial de US\$ 1 bilhão (SILVA, 2005, p. 56). Os problemas causados pelo subdesenvolvimento na América Latina foram também discutidos nesse encontro e a conclusão era de que um plano global e de longo prazo deveria ser estabelecido para desenvolver a região. Foi justamente por tal ênfase no discurso favorável à proposta globalizante e de longo prazo para a América Latina que fez com que os norte-americanos, que a isso se opunham, passassem a se empenhar para que as próximas reuniões do Comitê dos 21 fossem transferidas para o seio da OEA. O resultado disso foi a divisão dos trabalhos desse grupo em dois níveis: Comitê de Alto Nível, encarregado pela discussão político-diplomática; e Comitê Técnico do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES). Essa estratégia foi considerada um ponto positivo para os EUA, que acabaram por descaracterizar a faceta política da Operação Pan-Americana.

Em outra reunião realizada pelo Comitê dos 21, em Buenos Aires, em 1959, foram estudados 24 projetos elaborados pelo Grupo de Trabalho. Foram, aqui, aprovadas resoluções tangentes a quatro capítulos da OPA, quais foram: o financiamento do desenvolvimento econômico; o comércio exterior e os mercados regionais; os produtos básicos; e a cooperação técnica. O Brasil, nessa ocasião, propôs a reformulação da estrutura do CIES, considerado burocrático e moroso. Essa reformulação visava introduzir a luta contra o subdesenvolvimento, proposta pela OPA, nas discussões. Ficou claro também que a maioria dos países defendia que a OEA deveria ser reformulada, introduzindo-se nela a abordagem do desenvolvimento nas relações hemisféricas.

No ano seguinte, ocorreu última reunião do Comitê, em Bogotá. Como resultado, houve a assinatura da Ata de Bogotá, que tinha como objetivo estudar novas medidas de cooperação econômica. Houve também alguns avanços em relação às reuniões anteriores, tendo entrado em pauta inclusive a proposta brasileira da reunião anterior. Silva (2005, p. 58) cita que dois fatores influenciaram nas mudanças: a nova conjuntura oriunda da Revolução Cubana e as eleições nos EUA, das quais poderia advir uma revisão no relacionamento com a América Latina. Os EUA participaram ativamente desse encontro²¹, com a apresentação de propostas de caráter social.

¹⁹ Quando da XIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, entre 23 e 24 de setembro de 1958.

²⁰ Também chamado Comitê dos 21 ou Comissão Especial.

²¹ Após a Revolução Cubana, perceberam que não poderiam continuar indiferentes aos problemas da América Latina.

A Ata de Bogotá incorporou os objetivos da OPA concernentes ao desenvolvimento econômico da região, mas não foram adicionadas medidas de notável teor social e assistencial. Incorporou ainda as modificações propostas pela delegação norte-americana, contidas no Plano Eisenhower e que serviram de base para a Aliança para o Progresso (ALPRO), lançada em 1961. A reformulação do CIES, proposta na reunião anterior, em Buenos Aires, também figurou na Ata de Bogotá, recomendando-se também a uma reforma administrativa na Secretaria da OEA.

Como resultados da OPA, portanto, pode-se apontar a constituição da Comissão Especial composta pelos 21 membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), com a missão de executar as propostas da OPA. Como apontam Bueno e Cervo (2008), os países latino-americanos reivindicavam a criação de uma instituição regional de financiamento, além disso, teve origem o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)²² e, também relacionados à OPA, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)²³ e a Aliança para o Progresso, conforme Fausto (2009, p. 241):

a proposta do presidente John Kennedy, em resposta à crise cubana e à OPA, passando os EUA a relegar mais atenção ao contexto latino-americano. Os EUA enviaram o montante de US\$ 20 bilhões para a América Latina ao longo de dez anos.

A OPA serviu igualmente de inspiração para a proposta do Governo norte-americano da Aliança para o Progresso (ALPRO).²⁴ Embora essa proposta tenha priorizado as reformas sociais, por meio da ajuda técnico-financeira, ela não deixou de lado os postulados da OPA, como o de luta pelo desenvolvimento econômico.

Com base no exposto, pode-se afirmar que houve uma notável mudança no comportamento dos EUA em relação à América Latina com os esforços da OPA. Todavia, seus resultados concretos foram além do esperado pelo Brasil e demais países da América Latina. Além

dessa mudança, as relações dos países da região entre si ganharam novo alento. O fortalecimento do processo de integração europeia, a partir de 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, serviu para que os países da América Latina avaliassem sua própria condição e buscassem modificá-la.

7 Considerações finais

Juscelino Kubitschek foi eleito com uma porcentagem baixa do total dos votos e enfrentou forte oposição política interna. Com vistas a legitimar sua atuação, utilizou desde sua campanha o *slogan* “Cinquenta Anos em Cinco”, por meio do qual aceleraria o crescimento do Brasil, superando os entraves socioeconômicos e culturais. Para tanto, lançou o Plano de Metas, que versava sobre o planejamento de trinta metas prioritárias, divididas em cinco grandes grupos, além da construção da nova capital federal.

A política interna de industrialização e aceleração do crescimento foi baseada na emissão inflacionária e no capital estrangeiro. A despeito dos resultados positivos, como o aquecimento da indústria nacional e a construção da nova capital federal, houve um colossal endividamento do Brasil, como foi mencionado ao longo do artigo.

No âmbito político-diplomático houve um alinhamento ao bloco ocidental até 1958. A barganha de GV fora deixada de lado, juntamente com a autonomia como instrumento de poder. O Brasil se afastou dos movimentos do Terceiro Mundo e do campo socialista, mas estabeleceu relações de cooperação com Portugal. As relações com os Estados Unidos, por sua vez, nos dois primeiros anos do Governo JK foram mais estreitas. O alinhamento aos norte-americanos fomentou o projeto de desenvolvimento até 1958, quando a economia interna não mais suportou os ingentes gastos públicos oriundos do Plano de Metas.

Assim, estabeleceu-se uma nova forma de relações com os Estados Unidos, na qual o Brasil passou a reclamar auxílio econômico para o desenvolvimento não somente nacional, mas da América Latina como um todo. JK argumentava que os problemas do subdesenvolvimento seriam fatores de instabilidade política para os regimes democráticos, clamando por um projeto voltado a todos os países latino-americanos. Além disso, a relação segurança-desenvolvimento foi largamente empregada pela política externa de JK, a partir do lançamento da OPA. O

²² Nesse sentido, a OPA teve papel importante na decisão dos EUA de criar o BID.

²³ No âmbito da cooperação econômica, criou-se a ALALC, em 1960, com os objetivos de fomentar a estabilidade e a ampliação do intercâmbio comercial, desenvolver novas atividades, aumentar a produção e substituição das importações de países não membros. A ALALC iniciou suas atividades em julho do ano seguinte.

²⁴ Esta, sobretudo em resposta à Revolução Cubana de 1959.

argumento utilizado era que a miséria e o subdesenvolvimento eram as portas que possibilitariam a penetração do comunismo e que, para evitar isso, o desenvolvimento da região era urgente. Esse discurso pode ter, inclusive, evitado que o golpe militar ocorresse antes de 1964, pois JK deixava clara a defesa da democracia.

Há divergências na literatura no tocante aos resultados da OPA, pois não muito se concretizou de fato. Contudo, pode-se apontar que os Estados Unidos modificaram seu comportamento em relação à América Latina, não mais restringindo sua cooperação hemisférica ao âmbito da segurança, exemplo disso foi a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento e a ulterior Aliança para o Progresso. Pode-se apontar ainda, como resultado concreto da OPA, a sensível mudança nas relações entre os países do continente latino-americano e a percepção da necessidade de união para superar os entraves ao desenvolvimento.

Referências

- BRUM, A. J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 20. ed. Ijuí: Unijui, 1999.
- BUENO, C.; CERVO, A. L. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- COMISSÃO dos 21: reunião de Buenos Aires. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 76-77, set. 1959.
- CONFERÊNCIA econômica interamericana. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 103-109, set. 1961.
- FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- KUBISTCHEK, J. Discurso do presidente Juscelino Kubitschek. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 226-230, jun. 1958.
- KUBISTCHEK, J. Discurso do presidente Juscelino Kubitschek. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 139-140, set. 1958.
- KUBISTCHEK, J. Discurso do presidente Juscelino Kubitschek. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 141-145, set. 1958.
- OLIVEIRA, H. A. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- OPERAÇÃO Pan-Americana. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 95-101, jun. 1959.
- SILVA, A. M. Desenvolvimento e multilateralismo: um estudo sobre a Operação Pan-Americana no contexto da política externa de JK. *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 209-239, jul./dez. 1992.
- SILVA, V. L. C. de. *Da operação Pan-Americana aos entendimentos de Uruguaiana: as relações Brasil-Argentina (1958-1962)*. 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- VIZENTINI, P. F. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.